

CERIMÓNIA EVOCATIVA DOS 50 ANOS DA INVASÃO DA ÍNDIA PORTUGUESA, JUNTO AO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

19 de Dezembro de 2011

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Pelo nono ano consecutivo, desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes, aqui tenho estado, junto a este monumento aos Combatentes do Ultramar, no dia 19 de Dezembro e a vosso convite, tenho usado da palavra. No passado dia 15, estive presente na cerimónia, presidida pelo senhor Ministro da Defesa Nacional, a convite do senhor Director da Biblioteca Nacional na entrega, pela família, do arquivo do General Vassalo e Silva à Biblioteca Nacional. Ontem, 18 de Dezembro, estive a convite do senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, numa cerimónia de homenagem aos marinheiros mortos em combate durante a invasão do Estado Português da Índia, pela União Indiana. O Vice-Presidente da Liga dos Combatentes esteve ontem também na Missa promovida pela ANPG em Homenagem aos militares caídos na Índia Portuguesa.

A Liga dos Combatentes tem-se sempre associado à causa dos ex-prisioneiros de guerra da Índia. O ano corrente sublinha uma efeméride especial da vida dos portugueses e do destino de Portugal. Decorrem 50 anos sobre aquele nefasto acontecimento que marcou as vossas vidas e deu início à queda do Império português e por isso marcou também a História de Portugal. A História da nossa e das gerações futuras. O ano corrente é sem dúvida um ano de profunda reflexão sobre o que foi a guerra global travada pelas Forças Armadas ao serviço de Portugal, sob a orientação e decisão política de então, com as consequências drásticas conhecidas. Reflexão e evocação do esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas em vários Teatros de Guerra, numa dimensão global: - Angola, Índia, Guiné e Moçambique.

Não houve país no mundo, em que as suas Forças Armadas se tivessem que empenhar sucessiva e simultaneamente, em 4 teatros de operações, naquele espaço de tempo, a dezenas de milhares de Km da sua base da retaguarda política e logística. Estamos hoje, de facto, num período de partilha de memórias e é, no momento, o então Estado da Índia Portuguesa, o espaço estratégico da reflexão. Os narradores principais têm sido soldados de Portugal. Actores que simplesmente descrevem momentos em que se misturam a esperança e as certezas da vida, com as dúvidas e a desilusão, a coragem com o medo, o amor pátrio com a revolta, a vontade de cumprir um dever com a incapacidade, sua e de quem os rodeia para o fazerem, a raiva corajosa com a cobardia obrigatória.

A vida e a morte entrelaçam-se, com o sentimento de uma hora marcada sem glória, a contrariar o seu profundo sentimento de soldados que se sentem com moral para se baterem, mas a quem não são dados os meios bélicos mínimos para combater e se lhes exige que morram pela Pátria, até à fome e à falta de munições, donde

apenas poderão sair vitoriosos ou mortos. Mesmo nessas condições Soares Anjos, soldado em Diu, descreve no seu diário, a admiração pelo seu comandante, que lhe manda em momento crítico içar a Bandeira Nacional sem quaisquer honras militares, dizendo-lhe “Vai içar a bandeira que aqui ainda é Portugal”, e passa depois pela situação mais dramática que em guerra um militar pode sofrer, a de prisioneiro de guerra, desabafando nesse diário:

“O primeiro espetáculo que se deparou aos meus olhos, foi o dos aviões a bombardearem desumanamente a Bandeira das Quinas, aquela que umas horas antes havia içado”, continuando: - “O bombardeamento continuava em massa. Já não eram militares, já não eram homens, já não eram portugueses os que se encontravam ali metidos. Chorava-se não com o medo da morte, mas de raiva por ter que morrer ali cobardemente”.

E mais tarde a 24 de Dezembro relata: “Diu foi atacado por terra, mar e ar no dia 18 de Dezembro de 1961, e eu, nesta data tão triste, véspera de Natal, encontro-me vivo e são. Estou encarcerado na cela n.º 19 da ex-penitenciária da Índia em Diu. Nesta mesma cela estiveram presos grandes criminosos. Agora encontro-me eu e outros militares, expiando o crime de termos defendido dentro das nossas possibilidades o retalho de terra portuguesa com o nome de Diu. Mas acima de tudo e contra tudo o que eu imaginei, estou vivo”.

Ao transcrever estas passagens das primeiras páginas de um diário de um soldado, que em 1961 se encontrava na Índia e onde revela patriotismo e disponibilidade para o combate, interrogo-me quanto ao que fez desbaratar este estado de espírito de entrega tantas vezes revelado pelo soldado português ao longo da História. Não me parece que errarei muito se disser que foi uma incoerência política e uma estratégia diferenciada para o extenso território português de então. Inicialmente os discursos pareciam estar de acordo com a própria constituição, onde se definia o território nacional de Minho a Timor, uno e indivisível, cabendo às Forças Armadas a sua defesa. Foi por isso que os sucessivos comandos militares, desde o fim dos anos quarenta, foram estabelecendo planos de defesa até aos planos Gralha e depois Sentinela, todos eles admitindo uma fase de retardamento e depois uma fase de defesa do território.

É assim que em 22 de Julho de 1955 num comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, Salazar afirmava “A nossa total compreensão e firme desejo de viver em paz e amizade com a União Indiana não têm sido compreendidos, nem tido mais favorável resposta que dizerem-nos dever a questão ser pacificamente resolvida. Entendamo-nos. Se por “questão de Goa” se entender a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios portugueses da Índia, é seguro que a questão não se resolverá por meios pacíficos.”

Fazia um ano sobre o ataque da União Indiana a Dadrá com os primeiros mortos da nossa parte. Salazar ameaçava então usar a força. Ao contrário, a estratégia que

seguiu foi reduzir ao mínimo as forças então existentes. Se foi admitida a possibilidade, pelo governo português, em 1955, da questão de Goa não se resolver por meios pacíficos, será caso para nos interrogarmos porque se não tomaram as medidas ao alcance do país, para que isso fosse visível e, ao contrário, se reduziram ao mínimo as forças armadas nos territórios, apresentando-se a situação dramática em 1961?

Simplesmente porque a estratégia adotada, não correspondeu à política definida. Se marchámos para Angola “rapidamente e em força” porque não se adotou semelhante atitude para com a Índia, já que ainda se não tinham aberto as frentes de Guiné e de Moçambique, para as quais houve forças? Pela simples razão que Goa (com a vizinha Índia), Macau (com a vizinha China) e Timor (com a vizinha Indonésia) se admitiu serem indefensáveis. Mas determinava-se politicamente que fossem defendidas a todo o custo. Incoerentemente com a política definida usava-se uma estratégia de risco mínimo. No oriente quanto menos efetivos menos dramatismo, mas quem lá estivesse era politicamente, para se sacrificar, heroicamente ou não. O mesmo conceito foi aplicado em Macau e em Timor. Diga-se que até mesmo depois do 25 de Abril. A vida da nossa geração foi especialmente condicionada por três figuras políticas dominantes. Um político idealista teimoso, a que se seguiu um político idealista pouco corajoso e depois um político descolonizador tempestuoso.

Foi com o primeiro, o político idealista teimoso, que caiu a Índia Portuguesa. A intranquilidade do seu governo foi gerada por causas próximas que se agudizaram a partir do ano de 1957 e que determinaram as circunstâncias da queda da Índia. Assinalam-se, como reforço de uma política internacional desajustada, os acontecimentos marcantes da vida nacional, nomeadamente: - A oposição do General Humberto Delgado que conduziu a eleições, a oposição dos “católicos progressistas” e a carta do Bispo do Porto e a sua conseqüente saída de Portugal, a visita do General Eisenhower a Portugal e a viragem americana com a vitória de John Kennedy nas eleições americanas do mesmo ano 1960, a que se segue o início da guerra em Angola 1961, precedida dos episódios da crise do pacote Santa Maria com Henrique Galvão e o golpe de Botelho Moniz. Pela primeira vez, e iniciando um duelo de palavras e ações que se seguiriam, os Estados Unidos aprovam uma moção apelando às autoridades portuguesas que reformassem a administração local e adotassem medidas tendentes a obter a independência de Angola. A União Soviética adotava idêntica atitude apoiando movimentos contrários dos EUA. Na Europa as grandes Inglaterra e França, viam refluir o seu Império.

Estas as causas próximas que aceleraram a queda da Índia. Se em Angola, 4 de Fevereiro e 15 de Março assinalam o início da guerra em África, acontece que em Goa a 30 do mesmo mês de Março é assinalada uma incursão armada na fronteira Norte de Goa. Em Angola, depois Moçambique e Guiné a discussão política, militar e diplomática duraria treze anos. Em Goa, a profunda discussão, após a Índia ter comunicado aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha que tencionava “integrar a Índia portuguesa nos seus territórios nos meses mais próximos” duraria realmente

meses. O povo português foi acusado por Nheru, em 1961, de estar a viver noutra séculos e que o tempo da diplomacia se tinha esgotado. A análise de toda a informação disponível e a sua interpretação, não podia se não levar à conclusão de que o emprego da força era altamente provável. Acontece que da nossa parte já em 1955, portanto seis anos antes, Salazar em comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, como já referi, afirmava Portugal disponível para usar a força.

Uma conclusão é lícito retirar.

Enquanto a União Indiana evoluiu do desejo de negociação confirmado em 1952 para a ameaça, seguida de agressão em 1961. Portugal evoluiu da determinação do emprego da Força em 1952, para a redução dessa mesma Força a um nível que impedia qualquer negociação, porque seria sempre numa posição de extrema fraqueza. Uma análise do que sucedeu e dos relatórios e relatos existentes, podemos logicamente concluir que no processo de decisão português, não foram considerados em termos de estudo de situação de informações, as reais possibilidades do inimigo realizar uma ofensiva, em que a possibilidade mais provável coincidia com a mais perigosa, nem tão pouco as suas intenções, sistematicamente reveladas, nem os indícios técnicos existentes, mas foi dada sim importância determinante para as ações a tomar por Portugal, às eventuais características pessoais do chefe inimigo com as suas supostas doutrinas pacifistas.

Quando a “questão de Goa” se desenvolve nestes termos, política e diplomaticamente durante uma década, não deixa de ser ridículo que na última ordem política emitida se exigiam aos militares oito dias para ganhar tempo diplomático, sabendo que mesmo que o mesmo fosse ganho, a haver negociações, seriam sempre em extrema fraqueza. Surpreendente é a resposta do governador ao aceitar pacificamente essa ordem. Certamente respondeu como Governador, ou seja como um político, responde a um político. Não respondeu como General Comandante-Chefe perfeitamente conhecedor dos inadequados meios militares disponíveis, em pessoal e material e das condições de organização do terreno e dos meios, que determinara.

Justiça seja feita que a prática foi mais de rotura perante as ordens recebidas do que a referida resposta. De facto recusou a trasladar S. Francisco Xavier para Portugal, dizendo que era património de toda os portugueses e indianos. Recusou-se a retirar os aviões civis disponíveis para Carachi dizendo que eram necessários para fazer evacuações. Recusou-se a participar na destruição da Roma do Oriente. Recusou-se a sacrificar a população goesa e os seus 4200 homens perante uma ofensiva de 45.000 homens com 25000 em reserva, devidamente equipados e com supremacia aérea e superioridade de fogos e naval a rondar a supremacia. É evidente, como já referi, que em termos políticos e militares o conceito do “rapidamente e em força” foi unilateral e injustamente aplicado. Aplicou-se em Angola. Não foi aplicado em Goa. Ambos eram ao tempo, considerados território nacional. E se foi entendido que tal conceito não podia ser aplicado em Goa, só podia haver um caminho,

preparar uma negociação digna. Exigir aos militares o sacrifício total, só se o governo tudo tivesse feito para garantir os meios mínimos possíveis para que moralmente o pudesse exigir. É por todos reconhecido que isso não aconteceu. A análise política e militar da situação de Goa, vista de Lisboa, não foi pois a mais correta. Mas em termos militares locais, parece ter havido, ao longo dos anos, uma certa apatia.

Estive em comissão em Macau em 1975/78. Tive ocasião de observar que os planos existentes de defesa a todo o custo do território, vindos dos anos cinquenta, tinham materialização na organização do terreno e visitei as trincheiras ainda existentes na área do Farol da Guia e Portas do Cerco bem como as posições preparadas de artilharia. Do que tenho lido e ouvido não me apercebo que em termos militares os planos datados dos mesmos anos, fossem treinados ou tivessem mesmo implantação no terreno. A organização do terreno, materializando o conceito dos planos de defesa e o seu treino periódico, não me parece terem existido. Esse facto terá provavelmente resultado em alguma desorganização, em especial no último reduto previsto para a defesa de Goa. Enfim, no oriente, quanto menos efetivos houvesse menos dramatismo haveria, mas quem lá estivesse no momento errado, era para morrer. Em sua honra evoquemos a memória dos que caíram na Índia, nomeadamente os quinze caídos em Goa, os sete caídos em Damão e os dois caídos em Diu. Salientemos António do Rosário e Aniceto do Rosário da PEI, as primeiras vítimas, Santiago de Carvalho do Exército e Oliveira e Carmo da Marinha, como símbolos daqueles que caíram, bem como dos que hoje, aqui, podem testemunhar o que foi um erro político e um sacrifício militar.